

JESSICA MESSAS • NILO SCANDAROLI • RODRIGO GALLO • THIAGO MATTIOLI

MAPEAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Uma análise das eleições municipais de 2024



JESSICA CARLA HUBNER MESSAS
NILO PADIM SCANDAROLI
RODRIGO FERNANDO GALLO
THIAGO FELIX MATTIOLI

**MAPEAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO
DAS CAPITAIS BRASILEIRAS:
UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS
DE 2024**

SÃO CAETANO DO SUL
2025



Reitor

Prof. Dr. Marcello Nitz da Costa

Pró-Reitora de Graduação

Profª. Drª. Ana Paula Gonçalves Serra

Pró-Reitor Acadêmico

Prof. Dr. Fernando Silveira Madani

Equipe editorial - PLAM

Prof. Dr. Everaldo Pereira

Prof. Dr. João de Sá Brasil Lima

Prof. Dr. Octavio Mattasoglio Neto

Prof. Dr. Rodrigo Fernando Gallo

Profª. Drª. Vanessa Seriacopi

Bibl. Felipe Augusto S. dos S. Rio Branco

Projeto Gráfico – Capa e Diagramação

Everaldo Pereira



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional

Esta licença permite o download e compartilhamento da obra desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-los ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Engenheiro Álvaro de Souza Lima – IMT

M583m Messas, Jessica Carla Hubner

Mapeamento da internacionalização das capitais brasileiras [recurso eletrônico] : uma análise das eleições municipais de 2024 / Jessica Carla Hubner Messas ... [et al.]. -- São Caetano do Sul : Instituto Mauá de Tecnologia, 2025.

1 recurso online : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-83488-04-6

1. Administração municipal - Brasil. 2. Capitais (Cidades) – Brasil. 2. Eleições municipais – Indicadores - Brasil. 3. Relações internacionais. 4. Paradiplomacia – Brasil. I. Scandaroli, Nilo Padim. II. Gallo, Rodrigo Fernando. III. Mattioli, Thiago Felix. IV. Instituto Mauá de Tecnologia. Laboratório de Gestão e Negócios. V. Associação Nacional de Profissionais de Relações Internacionais (Anapri). VI. Título.

CDU 352.07(81)

Bibliotecário: Felipe Augusto Souza dos Santos Rio Branco – CRB-8/9104

Publicação digital - 1. edição - junho - 2025



Praça Mauá, 1 – CEP 09580-900 - São Caetano do Sul – SP
plam.maua.br

Associação Nacional de Profissionais de Relações Internacionais
Instituto Mauá de Tecnologia
Laboratório de Gestão e Negócios

INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA



Autores (em ordem alfabética)

Jessica Carla Hubner Messas

Bacharel em Relações Internacionais pela Uninter, com experiência em gestão de projetos internacionais, direitos humanos e cooperação internacional. Foi bolsista PIBIC no projeto "Democracia e Direitos Humanos na Era Digital", analisando interações entre democracia, direitos sociais e tecnologia. Atualmente, é presidente da Associação Nacional dos Profissionais de Relações Internacionais (ANAPRI), além de colaborar com o grupo de pesquisa MARIAS-UnB. As áreas de atuação incluem paradiplomacia, desenvolvimento sustentável e equidade de gênero.

Nilo Padim Scandaroli

Internacionalista. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Ribeirão Preto e pós-graduado em Cooperação Internacional e Políticas Públicas pela Uninter. Atua como empreendedor e como diretor executivo da Associação Nacional dos Profissionais de Relações Internacionais (ANAPRI).

Rodrigo Fernando Gallo

Cientista político. Mestre e doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Concluiu estágio de pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador de pós-doutorado na UFABC. É coordenador do curso de Relações Internacionais do Instituto Mauá de Tecnologia, onde também coordena o Laboratório de Gestão e Negócios.

Thiago Felix Mattioli

Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC, Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC, MBA em Comércio Exterior pela FMU, Especialista em Filosofia Contemporânea e História pela UMESp, Licenciado em Filosofia pelo Claretiano e Bacharel em Relações Internacionais pela CUFA. Tem experiência em paradiplomacia, cooperação internacional descentralizada, redes internacionais de cidade, transferência e difusão internacional de políticas públicas e cooperação Sul-Sul. Desenvolve projetos relacionados ao uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem no ensino superior e ensino básico. Coordenador dos projetos de extensão: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais (NESPRI FMU), MUNFMU, PARLAMUN FMU e coordenador adjunto dos projetos Mauá MUN e Fórum Palmares. Membro do Laboratório de Gestão e Negócios do Instituto Mauá de Tecnologia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Concentração de propostas internacionais nos planos de governo das capitais 29

Figura 2: Mapa de concentração de propostas de internacionalização por capital 30

Figura 3: Concentração de propostas por região do Brasil 32

Figura 4: Distribuição de propostas por candidaturas 33

Figura 5: Relação entre o tamanho da população e a quantidade de propostas de internacionalização 37

Figura 6: Divisão por categoria dos projetos..... 39

SUMÁRIO

Apresentação	11
Introdução	13
1. Metodologia	14
1.1. Coleta de dados	14
1.2. Critérios de análise	16
1.3. Tabulação dos dados	16
1.4. Agrupamento das propostas em categorias	17
1.5. Análise dos dados	17
1.6. Validação e revisão	17
2. Por que cidades devem se internacionalizar?	18
2.1. O que é internacionalização de cidades?	19
2.1.1. Irmanamento de cidades (cidades-irmãs)	19
2.1.2. Redes de cooperação internacional	20
2.1.3. Parcerias público-privadas internacionais	20
2.2. Benefícios da internacionalização	21
2.3. Internacionalização como estratégia de desenvolvimento urbano	21
3. Internacionalização de pequenos municípios	22
3.1. Parcerias e cooperação	22
3.2. Turismo	23
3.3. Acesso a recursos	23
3.4. Limitações	24
3.5. Visibilidade	24
3.6. Capacidade técnica	24
3.7. Sustentabilidade	24
4. Internacionalização das capitais	25
4.1. O papel estratégico das capitais	25
4.2. Capitais fronteiriças e suas especificidades	26
4.3. Capitais litorâneas e suas potencialidades globais	26
4.4. Oportunidades para capitais de regiões amazônicas e de baixa densidade	26
4.5. A importância das redes de cooperação para as capitais	27
4.6. Internacionalização como resposta a desafios locais	27
5. A internacionalização das capitais nas eleições de 2024: um diagnóstico	28
5.1. As capitais e a análise quantitativa das propostas	28
5.2. As áreas de concentração das propostas	38
Conclusões	44
Referências	48

APRESENTAÇÃO

A internacionalização das cidades é um fenômeno crescente e essencial para o desenvolvimento econômico, político e social das nações no século XXI. No Brasil, no entanto, esse tema ainda é pouco explorado no debate público e acadêmico, especialmente quando analisamos as capitais estaduais e suas estratégias para se inserirem no cenário global. Foi com esse propósito que o Laboratório de Gestão e Negócios do Instituto Mauá de Tecnologia, em parceria com a Associação Nacional dos Profissionais de Relações Internacionais (ANAPRI), desenvolveu esta pesquisa pioneira: um estudo inédito sobre o grau de internacionalização das capitais brasileiras a partir das eleições municipais de 2024.

Nosso objetivo foi mapear e analisar as propostas dos candidatos às prefeituras das capitais, identificando quais temas relacionados à internacionalização foram contemplados nos planos de governo e em que medida esses compromissos refletem uma visão estratégica para a inserção das cidades brasileiras no mundo. Essa abordagem permitiu compreender não apenas as prioridades dos candidatos, mas também a forma como a política local enxerga a globalização e seus impactos no desenvolvimento urbano.

Os resultados revelam tendências interessantes e, por vezes, preocupantes. A predominância do turismo como principal ferramenta de internacionalização mostra que muitas capitais ainda adotam uma visão limitada do potencial global de suas cidades, deixando de lado oportunidades estratégicas como negócios internacionais, inovação tecnológica e cooperação para o desenvolvimento sustentável. No entanto, um aspecto que merece destaque é a presença significativa da pauta de imigração e refúgio nos planos de governo, indicando uma crescente percepção sobre a importância da inclusão e da mobilidade humana no contexto urbano.

Mais do que um levantamento de dados, este estudo busca provocar reflexões e abrir novas frentes de discussão sobre o papel das cidades na arena internacional. Como as capitais brasileiras

podem utilizar a internacionalização para enfrentar desafios locais? De que forma podem aprender com experiências bem-sucedidas em outras partes do mundo? E como os gestores públicos podem estruturar políticas mais eficientes para conectar suas cidades ao cenário global? Essas são algumas das perguntas que nortearam nossa investigação e que, esperamos, possam inspirar futuras pesquisas e políticas públicas.

Ao reunir essa análise detalhada em um único volume, esperamos contribuir para o avanço do debate sobre a internacionalização das cidades no Brasil, incentivando gestores, acadêmicos e profissionais da área a enxergarem as capitais não apenas como centros administrativos, mas como atores fundamentais na construção de um Brasil mais conectado e competitivo no mundo.

INTRODUÇÃO

A internacionalização das cidades tem se tornado um elemento estratégico cada vez mais importante nas agendas de desenvolvimento urbano, econômico e social de grandes metrópoles em todo o mundo, a exemplo de Nova York, Tóquio e Londres. Esse processo envolve não apenas a atração de investimentos estrangeiros e o desenvolvimento do setor de turismo, mas também a inserção de cidades em redes globais de cooperação internacional, inovação e transferência de políticas públicas em áreas diversas, buscando aumentar a competitividade da gestão pública e da cidade em um cenário global cada vez mais integrado. No Brasil, as capitais enfrentam desafios econômicos, sociais e ambientais que poderiam hipoteticamente ser mitigados por meio de parcerias e iniciativas internacionais que promovem o intercâmbio de soluções e recursos.

Entende-se, a partir desta perspectiva, que a internacionalização pode ser uma ferramenta crucial para o crescimento sustentável e equitativo das cidades. Ela possibilita maior diversificação econômica, acesso a novas tecnologias e inovação, além de fortalecer a imagem da cidade como um polo de negócios e turismo. Neste estudo, buscamos explorar como os candidatos planejam posicionar as capitais brasileiras nesse contexto global, verificando a presença ou ausência de propostas voltadas para a internacionalização nos planos de governo, e como essas iniciativas podem impactar o desenvolvimento local.

A partir da análise dos planos de governo dos candidatos às prefeituras das capitais brasileiras nas eleições de 2024, é possível identificar como a internacionalização é abordada pelos políticos que pleiteiam uma cadeira junto às administrações públicas. Há, nesse quadro, propostas voltadas para a cooperação internacional, atração de investimentos estrangeiros, integração com mercados globais e participação em redes de cidades inteligentes e sustentáveis, que teoricamente refletem o potencial de modernização e desenvolvimento a partir de ações externas. Contudo, a leitura dos

dados demonstra que boa parte das candidaturas não apresenta nenhuma proposta de internacionalização.

1. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi conduzida com o objetivo de analisar as propostas de internacionalização contidas nos planos de governo dos candidatos às prefeituras das capitais do Brasil nas eleições de 2024. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, uma vez que procurou tabular os dados dos planos de governo para, em seguida, analisá-los estatisticamente para, por fim, produzir análises e inferências qualitativas, de modo a testar algumas hipóteses. Para isso, a realização da pesquisa seguiu as seguintes etapas.

1.1. COLETA DE DADOS

Inicialmente, foram acessados todos os planos de governo disponibilizados oficialmente pelas candidaturas no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até o dia 16 de setembro de 2024. No total, foram lidos criteriosamente os 187 planos de governo disponíveis no portal do TSE, conforme consta na Tabela 1. Apenas como reforço, o foco da análise foi direcionado exclusivamente às propostas efetivas de governo, isto é, aquelas descritas de forma clara e objetiva nos documentos, sem considerar os contextos gerais, introduções que não apresentassem ações específicas ou eventuais propostas realizadas durante mandatos anteriores.

Tabela 1: Planos de governo analisados no estudo

Capital (ordem alfabética)	Quantidade de planos de governo analisados	Quantidade de páginas analisadas
Aracaju (SE)	8	341
Belém (PA)	9	275
Belo Horizonte (MG)	10	427
Boa Vista (RR)	5	77
Campo Grande (MS)	6	278
Cuiabá (MT)	4	228
Curitiba (PR)	10	406
Florianópolis (SC)	9	112
Fortaleza (CE)	9	216
Goiânia (GO)	5	269
João Pessoa (PB)	6	336
Macapá (AP)	8	194
Maceió (AL)	6	96
Manaus (AM)	7	278
Natal (RN)	6	208
Palmas (TO)	4	184
Porto Alegre (RS)	8	293
Porto Velho (RO)	7	279
Recife (PE)	8	181
Rio Branco (AC)	4	233
Rio de Janeiro (RJ)	9	383
Salvador (BA)	7	283
São Luís (MA)	8	188
São Paulo (SP)	9	323
Teresina (PI)	9	291
Vitória (ES)	6	155
Total	187	6.534

Fonte: Elaboração dos autores

1.2. CRITÉRIOS DE ANÁLISE

A leitura dos planos de governo foi orientada por um critério bem definido: a identificação de propostas de governo objetivas que mencionassem, direta ou indiretamente, ações relacionadas à internacionalização das cidades. Não foi levada em consideração a contextualização política ou discursiva dos candidatos, mas sim os trechos que apresentassem compromissos específicos.

1.3. TABULAÇÃO DOS DADOS

Após a leitura completa dos 187 planos de governo, as propostas identificadas foram tabuladas em um banco de dados. Cada entrada no banco de dados continha as seguintes informações:

- a. Capital e estado;
- b. Nome do candidato(a);
- c. Partido político;
- d. Espectro político;
- e. Se candidato(a) à reeleição;
- f. Número de páginas do plano de governo;
- g. Existência de seção específica sobre internacionalização;
- h. Existência de propostas de internacionalização;
- i. Descrição das propostas apresentadas;
- j. Categoria das propostas apresentadas;
- k. Se havia menção a cidades ou países estrangeiros;
- l. Em caso positivo, quais cidades ou países.

Esse processo de tabulação permitiu organizar as propostas de forma sistemática, facilitando a categorização e a análise posterior.

1.4. AGRUPAMENTO DAS PROPOSTAS EM CATEGORIAS

Posteriormente, as propostas de governo foram agrupadas em 22 categorias distintas, que representam as grandes áreas com as quais elas dialogam. Essas categorias foram definidas com base em literatura sobre internacionalização de cidades.

1.5. ANÁLISE DOS DADOS

A partir da tabulação e categorização das propostas de governo, foi realizada uma análise quantitativa e qualitativa, que permitiram testar hipóteses e realizar um diagnóstico sobre as eleições de 2024 nas capitais brasileiras.

1.6. VALIDAÇÃO E REVISÃO

A última etapa do processo metodológico envolveu uma revisão rigorosa do banco de dados para garantir a consistência das informações. Isso incluiu a verificação da categorização correta das propostas, a eliminação de duplicidades e a revisão da terminologia utilizada.

2. POR QUE CIDADES DEVEM SE INTERNACIONALIZAR?

Os processos de internacionalização de cidades estão relacionados ao conceito acadêmico da paradiplomacia. Compreendida como uma forma de atuação internacional dos governos subnacionais, isto é, cidades, estados, províncias e regiões, este fenômeno tem ganhado espaço na agenda acadêmica e da gestão pública nas últimas décadas. Esta forma de atuação internacional está relacionada ao desenvolvimento de negócios externos, promoção de intercâmbios culturais, econômicos e políticos, intensificação da cooperação em temas ambientais e de segurança local e mesmo a difusão e implementação de políticas públicas (Smith, 2019; Rodrigues; Mattioli, 2017; Tavares, 2016).

A atuação internacional das cidades ocorre através de diferentes mecanismos como, por exemplo, as relações bilaterais, as redes internacionais de cidades e associações internacionais de governos locais, o que tem exigido destas unidades administrativas a criação de estruturas de apoio, capacitação e institucionalização destas ações (Laisner, 2024; Fróio, Superti, Souza, 2023; Mattioli, Gallo, 2021).

Assim, a internacionalização de cidades é uma estratégia que tem ganhado relevância nas últimas décadas, em um mundo cada vez mais globalizado. Este processo implica em conectar uma cidade ao cenário global, permitindo que ela aproveite as oportunidades que surgem em várias frentes, como a economia, a cultura, o desenvolvimento sustentável, e o intercâmbio de conhecimentos. A internacionalização não se trata apenas de promover a cidade para atrair turistas ou investidores, mas de integrá-la em redes globais de cooperação e aprendizagem, buscando soluções para problemas locais e globais. Neste capítulo, exploramos alguns dos principais instrumentos de internacionalização de cidades, como o irmanamento de cidades, as redes de cooperação, e outros mecanismos que permitem essa integração internacional.

2.1. O QUE É INTERNACIONALIZAÇÃO DE CIDADES?

A atuação internacional de governos subnacionais é um fenômeno irreversível, considerando que tais atores não são mais somente territórios, mas espaços onde os fluxos globais se encontram e se solidificam. Neste sentido, é no espaço local que a questão demográfica e urbana se encontra, uma vez que há grande concentração de pessoas em espaços urbanos, sendo que a UN-Habitat considera que o futuro da espécie humana está ligada às cidades dado que é nas cidades que as políticas públicas se tornam ações efetivas e visíveis para as populações (Laisner, 2024; Tavares, 2016; Milani, Ribeiro, 2011).

A internacionalização de uma cidade é o processo de envolvimento ativo de governos locais em atividades e redes globais com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano e a troca de experiências e soluções (Smith, 2019; Rodrigues; Mattioli, 2017; Tavares, 2016, Milani, Ribeiro, 2011). Cidades internacionalizadas tornam-se mais competitivas no cenário global, atraem investimentos e inovações, e se beneficiam de novas práticas e políticas que podem ser aplicadas localmente.

2.1.1. Irmanamento de cidades (cidades-irmãs)

O irmanamento de cidades é um mecanismo de cooperação formal entre duas ou mais cidades de diferentes países, com o objetivo de criar laços culturais, econômicos e sociais. As cidades irmãs compartilham experiências, realizam intercâmbios culturais, e muitas vezes desenvolvem projetos conjuntos em áreas como educação, meio ambiente e tecnologia. O irmanamento também serve como um canal de diálogo entre diferentes culturas, promovendo a paz e a compreensão mútua (Schimanski, 2022; Marcovitch, Dallari, 2014,; Baycan-Levent, Kundak, Gulumser, 2004; Zelinsky, 1991).

2.1.2. Redes de cooperação internacional

As redes de cooperação internacional são estruturas que reúnem diversas cidades ao redor do mundo em torno de temas específicos, como mudanças climáticas, mobilidade urbana ou governança digital. Nessas redes, cidades trocam conhecimentos, desenvolvem políticas colaborativas, e acessam recursos e parcerias para implementar soluções inovadoras (Mattioli, Gallo, 2021; Rodrigues; Mattioli, 2017; Vital, 2013, Cardarello, Rodriguez, 2004). Redes globais como o C40 Cities e o ICLEI são exemplos de iniciativas que conectam cidades comprometidas com a sustentabilidade e o combate às mudanças climáticas, promovendo o compartilhamento de experiências e boas práticas, sendo uma relevante estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas e ao estabelecimento de uma governança que gere ações locais efetivas e que mitiguem os efeitos das alterações do clima em nível local. (Boulanger, Massari, 2022; Campillo, 2022; Nguyen et al. 2020; Fraundorfer, 2016).

2.1.3. Parcerias Público-Privadas Internacionais

As parcerias público-privadas (PPPs), em termos gerais, compreendem uma articulação entre o poder público e o setor privado para a consecução de interesses comuns, muitas vezes ligados a projetos de infraestrutura e serviços públicos. Estas parcerias não se limitam ao atores domésticos, podendo também ocorrer com uma interface internacional, se colocando como uma forma de as cidades se internacionalizarem ao atrair investimentos e expertise estrangeira para o desenvolvimento de projetos locais, inclusive considerando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nessas parcerias, o setor privado internacional trabalha em conjunto com os governos locais para executar projetos de infraestrutura, tecnologia ou serviços públicos, beneficiando a cidade e a comunidade local com inovações e recursos (Harakan, Taufik, 2023; Petrovan, 2022; Andronova, 2010; Bovaird, 2004).

2.2. BENEFÍCIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

As vantagens da internacionalização das cidades, de acordo com a literatura, são vastas e podem impactar diversos setores. Algumas delas incluem:

- a. Atração de Investimentos: ao se posicionarem como destinos globais, as cidades tornam-se mais atrativas para investimentos estrangeiros em setores estratégicos, como tecnologia, infraestrutura e turismo.
- b. Inovação e melhoria de políticas públicas: cidades internacionalizadas têm acesso a boas práticas de outras cidades, adaptando e implementando políticas inovadoras que já foram testadas em outros contextos.
- c. Acesso a recursos e financiamento: redes de cidades e parcerias internacionais muitas vezes abrem portas para financiamento de projetos locais, especialmente em áreas como sustentabilidade e tecnologia.
- d. Visibilidade global: ao participarem de eventos e redes internacionais, as cidades ganham maior visibilidade no cenário global, promovendo sua cultura, economia e potencial para o turismo e negócios.

2.3. INTERNACIONALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A internacionalização não é apenas uma estratégia de diplomacia urbana, mas também uma ferramenta prática para o desenvolvimento sustentável e econômico. Ao se conectarem com o mundo, as cidades conseguem desenvolver soluções mais robustas para desafios complexos, como mobilidade urbana, mudança climática e desigualdade social.

A internacionalização das cidades é uma necessidade em um mundo globalizado e interconectado. Ao se internacionalizar, as cidades não apenas abrem portas para novos investimentos e inovações, mas também tornam-se mais resilientes, inclusivas e

sustentáveis. A partir de exemplos como irmanamento de cidades, redes de cooperação e parcerias público-privadas, vemos que a internacionalização permite que cidades alcancem um desenvolvimento mais robusto e dinâmico, respondendo a desafios locais com soluções globais.

3. INTERNACIONALIZAÇÃO DE PEQUENOS MUNICÍPIOS

A internacionalização de municípios pequenos é um fenômeno que, embora muitas vezes subestimado, representa uma oportunidade significativa para o desenvolvimento local. Com a globalização e a crescente interconexão entre países, até mesmo cidades com recursos limitados podem se beneficiar de parcerias internacionais, intercâmbios culturais e acesso a novos mercados. No entanto, o processo de internacionalização também apresenta uma série de desafios e limitações que necessitam de uma análise crítica. Este breve artigo busca explorar as oportunidades e os obstáculos que municípios pequenos enfrentam ao buscar a internacionalização, abordando aspectos como parcerias, turismo e acesso a recursos, além das barreiras financeiras, de visibilidade e de capacidade técnica.

3.1. PARCERIAS E COOPERAÇÃO

A construção de parcerias e redes de cooperação é uma das principais estratégias de internacionalização para municípios pequenos. A formação de cidades irmãs, por exemplo, pode facilitar a troca de conhecimentos e boas práticas em diversas áreas, como saúde, educação e desenvolvimento sustentável. Através de acordos bilaterais, municípios podem participar de programas de intercâmbio que enriquecem a experiência local e promovem o aprendizado mútuo. Um exemplo é a cidade de Pomerode (SC), que estabeleceu parcerias com municípios da Alemanha, promovendo intercâmbios culturais e educativos que fortaleceram a identidade local e o turismo. Além disso, a adesão a redes internacionais, como a Rede de

Cidades Sustentáveis, proporciona uma plataforma para colaboração em projetos que atendem a objetivos comuns, ampliando a visibilidade e a capacidade de ação dos municípios.

3.2. TURISMO

O turismo é uma das áreas mais promissoras para a internacionalização de municípios pequenos. A promoção de atrativos locais, como patrimônios históricos, belezas naturais e tradições culturais, pode gerar receita e aumentar a visibilidade do município no cenário global. A cidade de Paraty (RJ), por exemplo, é um caso de sucesso em turismo cultural, atraindo visitantes internacionais com sua arquitetura colonial e festivais de literatura. O ecoturismo e o turismo cultural, em particular, podem ser explorados para atrair visitantes internacionais, que buscam experiências autênticas e diferenciadas. Eventos locais, como festivais e feiras, também podem ser utilizados como estratégias de marketing para fomentar o turismo e fortalecer a identidade cultural do município.

3.3. ACESSO A RECURSOS

A internacionalização oferece aos municípios pequenos a oportunidade de acessar recursos financeiros e técnicos que podem impulsionar seu desenvolvimento. A participação em projetos internacionais frequentemente proporciona acesso a financiamentos de organizações multilaterais e agências de cooperação, essenciais para a implementação de iniciativas de infraestrutura e serviços públicos. O município de Tibau do Sul (RN) exemplifica essa busca por recursos, tendo participado de projetos de turismo sustentável financiados por agências internacionais, que melhoraram sua infraestrutura e capacitação local. Além disso, a transferência de tecnologia e conhecimentos adquiridos através de parcerias internacionais pode levar a melhorias significativas na gestão local e na prestação de serviços.

3.4. LIMITAÇÕES

Um dos principais desafios enfrentados por municípios pequenos na busca pela internacionalização é a limitação de recursos financeiros. A restrição orçamentária pode dificultar a criação e execução de programas que visem à cooperação internacional. Ademais, a dependência de financiamentos externos para a viabilização de projetos pode gerar incertezas e comprometer a continuidade das iniciativas.

3.5. VISIBILIDADE

A visibilidade é outro fator crítico na internacionalização de municípios pequenos. A concorrência com cidades maiores, que possuem maior notoriedade e recursos para se promover, pode tornar difícil para municípios menores se destacarem. A falta de uma identidade internacional clara e de uma estratégia de marketing eficaz pode limitar as oportunidades de atrair investimentos e parcerias.

3.6. CAPACIDADE TÉCNICA

A carência de expertise em relações internacionais e desenvolvimento sustentável é um desafio significativo. A falta de profissionais capacitados para formular e implementar estratégias de internacionalização pode comprometer o sucesso das iniciativas. A capacitação de servidores públicos e da comunidade local é, portanto, essencial para superar essa limitação, mas muitas vezes enfrenta barreiras financeiras e logísticas.

3.7. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade das iniciativas de internacionalização é uma preocupação central. Muitos projetos dependem de financiamentos temporários, o que pode levar à fragmentação e à falta de

continuidade. Além disso, a necessidade de um planejamento estratégico a longo prazo é crucial para garantir que as ações adotadas gerem um impacto duradouro na comunidade.

4. INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CAPITAIS

A internacionalização das capitais brasileiras apresenta desafios e oportunidades únicos, distintos daqueles enfrentados por cidades menores ou com menor relevância geopolítica. As capitais desempenham um papel central no desenvolvimento do país, atuando como centros políticos, econômicos e culturais. Em muitos casos, as capitais estão estrategicamente localizadas em fronteiras internacionais, áreas costeiras ou regiões com grande relevância comercial, o que as coloca em uma posição privilegiada para se conectarem com o mundo globalizado. A internacionalização dessas cidades não é apenas uma estratégia de modernização, mas uma necessidade para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos e maximizar as oportunidades que sua posição geográfica e influência oferecem.

4.1. O PAPEL ESTRATÉGICO DAS CAPITAIS

As capitais são, por definição, os centros políticos de seus estados ou países, concentrando o poder governamental e sendo palco de decisões importantes que afetam tanto o âmbito local quanto nacional. Essa centralidade política é um dos principais fatores que diferencia as capitais de outras cidades menores, colocando-as na linha de frente da interação com órgãos internacionais, governos estrangeiros e organizações multilaterais. Além disso, muitas capitais concentram o maior volume de atividades econômicas de seus estados, abrigam embaixadas, consulados e organismos internacionais, e são centros turísticos e culturais reconhecidos globalmente.

4.2. CAPITAIS FRONTEIRIÇAS E SUAS ESPECIFICIDADES

As capitais fronteiriças, como Boa Vista (Roraima) e Rio Branco (Acre), enfrentam um conjunto de desafios particulares quando se trata de internacionalização. Essas cidades estão geograficamente próximas a outros países, o que cria oportunidades para cooperação internacional direta, mas também expõe essas capitais a problemas transfronteiriços, como migração, tráfico, e questões ambientais. A internacionalização, nesses casos, pode ser uma ferramenta fundamental para resolver questões que dependem da cooperação bilateral, promovendo o desenvolvimento conjunto de infraestrutura, segurança e políticas ambientais.

4.3. CAPITAIS LITORÂNEAS E SUAS POTENCIALIDADES GLOBAIS

Capitais litorâneas, como Salvador, Recife e Florianópolis, têm uma conexão natural com o comércio internacional e o turismo global, devido à sua proximidade com portos e áreas de comércio marítimo. Essas cidades podem se beneficiar da internacionalização ao promoverem sua posição estratégica para o comércio exterior, desenvolverem o turismo de maneira sustentável e se conectarem com outras cidades litorâneas ao redor do mundo em redes globais focadas em inovação portuária e desenvolvimento costeiro sustentável.

4.4. OPORTUNIDADES PARA CAPITAIS DE REGIÕES AMAZÔNICAS E DE BAIXA DENSIDADE

Capitais localizadas em áreas de menor densidade populacional e com maior preservação ambiental, como Manaus (Amazonas) e Macapá (Amapá), possuem a oportunidade única de se destacarem no cenário internacional como centros de inovação ambiental e desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento de parcerias internacionais focadas na preservação ambiental, biodiversidade e

inovação tecnológica verde pode colocar essas capitais em uma posição de liderança global no combate às mudanças climáticas.

4.5. A IMPORTÂNCIA DAS REDES DE COOPERAÇÃO PARA AS CAPITAIS

As redes de cooperação internacional, como Mercocidades, C40 Cities, e ICLEI, são instrumentos valiosos para a internacionalização de capitais. Essas redes permitem que as cidades compartilhem conhecimento e soluções para problemas comuns, como mobilidade urbana, sustentabilidade e gestão de resíduos. Para as capitais brasileiras, integrar-se a essas redes não apenas permite acesso a recursos e expertise internacionais, mas também oferece visibilidade global, fortalecendo sua influência no cenário internacional.

4.6. INTERNACIONALIZAÇÃO COMO RESPOSTA A DESAFIOS LOCAIS

Para as capitais, internacionalizar-se não é apenas uma questão de elevar sua reputação global, mas também uma maneira de resolver problemas locais. A cooperação internacional pode ajudar a resolver desafios de mobilidade, segurança, sustentabilidade e infraestrutura, permitindo que essas cidades acessem soluções testadas em outros contextos globais. As capitais brasileiras, com seus desafios particulares, como grandes volumes de trânsito, desigualdade urbana e necessidade de modernização da infraestrutura, podem se beneficiar amplamente de parcerias internacionais.

Em suma, a internacionalização das capitais brasileiras oferece um vasto campo de oportunidades que, quando bem exploradas, podem transformar o desenvolvimento urbano e socioeconômico dessas cidades. Seja por meio de parcerias bilaterais, integração em redes globais ou cooperação fronteiriça, as capitais possuem uma vocação natural para a internacionalização, dado seu papel central na política, economia e cultura do país. Ao adotar essas práticas, as capitais brasileiras não apenas elevam sua competitividade no cenário global,

mas também encontram soluções inovadoras para os desafios locais, beneficiando suas populações de maneira sustentável e duradoura.

5. A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CAPITAIS NAS ELEIÇÕES DE 2024: UM DIAGNÓSTICO

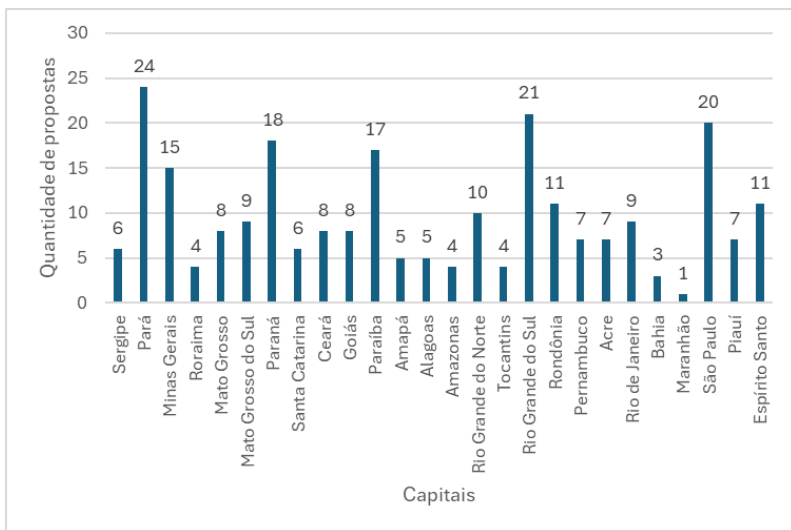
Nesta seção da pesquisa, serão apresentados e analisados os dados coletados sobre as propostas de internacionalização das capitais brasileiras, conforme descritas nos planos de governo dos candidatos. A partir dessa análise, busca-se identificar possíveis correlações entre o tamanho da população das capitais e o número de propostas voltadas para a inserção internacional, além de examinar outros fatores que possam influenciar a presença dessas propostas. A interpretação dos dados fornecerá uma visão mais clara sobre o panorama da internacionalização nas capitais do Brasil e os desafios enfrentados nesse contexto.

5.1. AS CAPITAIS E A ANÁLISE QUANTITATIVA DAS PROPOSTAS

Considerando o que foi discutido até aqui sobre a internacionalização das cidades, podemos analisar o contexto das eleições municipais de 2024 nas capitais brasileiras. Trata-se de um levantamento inédito realizado no Brasil, que buscou compreender o quanto os planos de governo propõem - ou não - projetos que busquem atender demandas locais a partir da internacionalização. Para isso, foram lidos e analisados 187 planos de governo de candidatos às prefeituras das capitais, seguindo os critérios metodológicos descritos na metodologia desta pesquisa.

Ao analisar o Brasil como um todo, constata-se que a capital com a maior quantidade de propostas internacionais, em algum grau, é Belém, no Pará, conforme pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: Concentração de propostas internacionais nos planos de governo das capitais



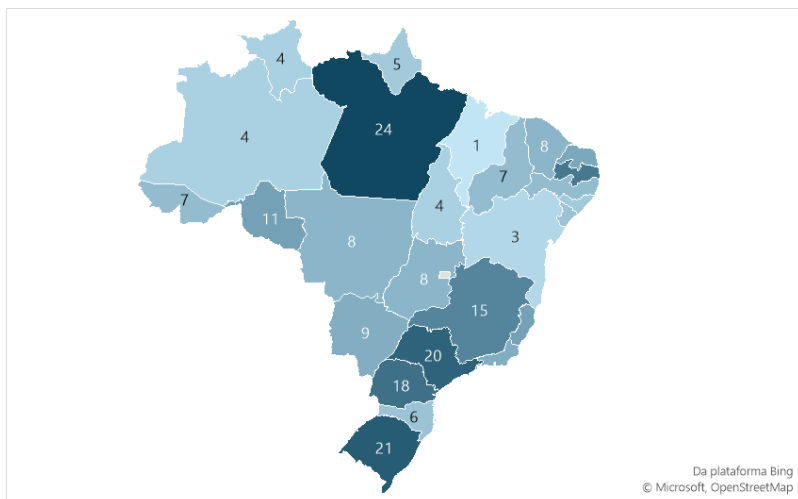
Fonte: Elaboração dos autores

Na capital paraense, onde foram analisados nove candidaturas, apenas um plano de governo não apresentava nenhum projeto internacional. Em todos os outros, constavam propostas para a internacionalização da capital.

Em segundo lugar no ranking, encontra-se Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, cujos oito candidatos, juntos, apresentaram 21 propostas internacionais, seguida de São Paulo, capital paulista, onde nove candidaturas somaram um total de 20 projetos.

O mapa de calor expresso na Figura 2 ajuda a compreender o volume de propostas internacionais.

Figura 2: Mapa de concentração de propostas de internacionalização por capital



Fonte: Elaboração dos autores

Ao agrupar as capitais em uma distribuição regional, constata-se que o Centro-Oeste é a região com o menor número de propostas de internacionalização expressas nos planos de governo dos candidatos. Esse fato pode ser parcialmente explicado pela menor quantidade de estados que compõem a região – são apenas três capitais estaduais, além de Brasília, que é a capital federal e não é considerada política e juridicamente como um município. A distribuição demográfica e o perfil econômico do Centro-Oeste, caracterizado por uma forte dependência do agronegócio e setores internos, pode também influenciar a falta de ênfase em propostas voltadas para a internacionalização urbana. As capitais dessa região, embora desempenhem papéis importantes no cenário nacional, especialmente no agronegócio, muitas vezes não se conectam diretamente com dinâmicas globais da mesma forma que outras regiões mais industrializadas ou turísticas. Além disso, a natureza

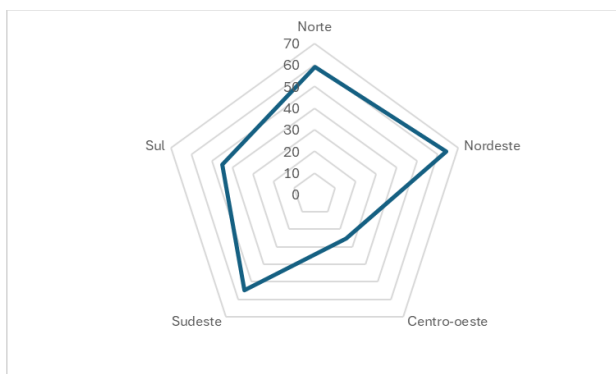
geográfica do Centro-Oeste, sem fronteiras internacionais nem acesso ao litoral, pode contribuir para essa falta de foco em políticas de internacionalização.

Por outro lado, o Nordeste do Brasil desponta como a região com o maior número de projetos internacionais nos planos de governo dos candidatos, conforme indicado na Figura 3. A presença expressiva de propostas de internacionalização no Nordeste pode estar ligada a múltiplos fatores. Primeiramente, o Nordeste é uma região com uma rica herança cultural e histórica que atrai o interesse internacional, especialmente no setor do turismo. Além disso, várias capitais nordestinas, como Salvador, Recife e Fortaleza, possuem infraestrutura portuária e uma posição estratégica no Atlântico que facilita o comércio e a atração de investimentos estrangeiros, além de promover o intercâmbio cultural e econômico. O desenvolvimento do turismo, tanto nacional quanto internacional, impulsiona as candidaturas nessas cidades a considerar a internacionalização como uma estratégia de desenvolvimento urbano e econômico. Essas cidades também participam ativamente de redes globais de cidades, em especial aquelas voltadas para o turismo, sustentabilidade e cooperação cultural, o que contribui para uma maior inclusão de propostas desse tipo nos planos de governo.

Seguindo o Nordeste, a região Norte também apresenta uma quantidade significativa de propostas de internacionalização, com destaque para as capitais localizadas na Amazônia, como Manaus e Belém. A relevância ambiental da Amazônia no cenário global coloca essas cidades no centro de debates internacionais sobre sustentabilidade, mudanças climáticas e preservação da biodiversidade. A presença de ONGs internacionais, universidades estrangeiras e organismos multilaterais na região para apoiar a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável pode explicar o destaque dessa região em termos de propostas de internacionalização. Além disso, algumas capitais do Norte têm fronteiras com outros países, como o caso de Boa Vista, que também facilita a cooperação transfronteiriça e a troca de políticas e recursos com países vizinhos.

A região Sudeste, embora seja um dos principais polos econômicos do país, aparece apenas em terceiro lugar no número de propostas internacionais nos planos de governo. Embora cidades como São Paulo e Rio de Janeiro já estejam profundamente conectadas ao cenário global, muitas vezes suas propostas de internacionalização estão mais voltadas para aspectos econômicos e menos voltadas para iniciativas de cooperação internacional em áreas como cultura e sustentabilidade. Isso pode indicar que, nas capitais do Sudeste, a internacionalização é um processo mais integrado e difuso, sem a necessidade de destaque formal nos planos de governo, dado que essas cidades já possuem uma infraestrutura consolidada de relações internacionais.

Figura 3: Concentração de propostas por região do Brasil

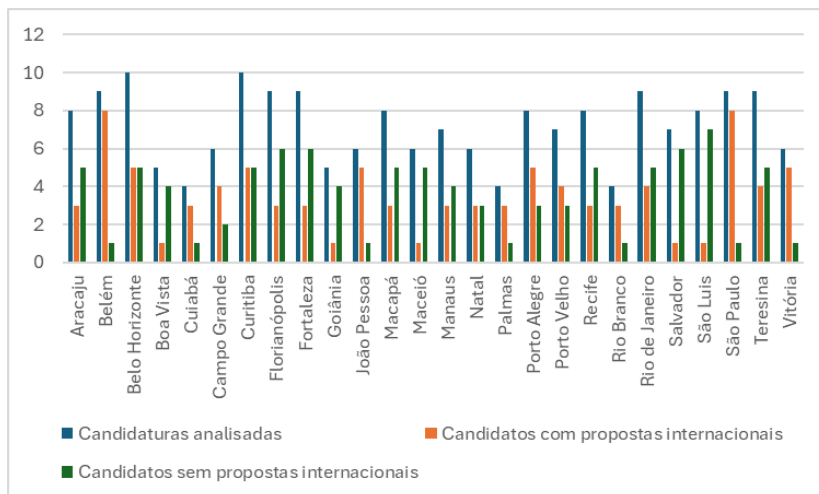


Fonte: Elaboração dos autores

Porém, uma análise de argumentos pode não revelar com profundidade o quanto o assunto é complexo e até certo ponto preocupante. Algumas capitais com alto número de propostas não necessariamente vivenciaram disputas eleitorais com muitos candidatos inserindo propostas de internacionalização. Encontram-se casos, por exemplo, onde um único candidato contribuiu para puxar a média para cima, enquanto os demais pouco apresentaram

projetos de internacionalização em seus planos de governo. A Figura 4 ilustra essa constatação da pesquisa.

Figura 4: Distribuição de propostas por candidaturas



Fonte: Elaboração dos autores

Uma hipótese investigada neste estudo é a correlação entre o tamanho da população de uma cidade e a preocupação com propostas de internacionalização, expressas nos planos de governo dos candidatos. Inicialmente, partimos do pressuposto de que as cidades com maior população teriam uma demanda mais expressiva por políticas de internacionalização, dado que essas cidades enfrentam desafios urbanos em escala mais ampla e complexa. A internacionalização, ao possibilitar o intercâmbio de experiências, a atração de investimentos externos e a integração em redes globais, seria uma ferramenta estratégica para enfrentar problemas como a mobilidade urbana, a infraestrutura sobrecarregada, o desemprego, a desigualdade social, e o crescimento sustentável.

O raciocínio por trás dessa suposição está fundamentado no fato de que, em cidades mais populosas, as demandas por serviços públicos são maiores e mais diversificadas. Capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por exemplo, enfrentam desafios que vão desde a oferta de habitação para milhões de pessoas, à necessidade de uma infraestrutura eficiente que suporte o fluxo de transportes, até o gerenciamento de serviços essenciais como saúde e educação. O impacto da globalização nas grandes metrópoles também torna evidente a necessidade de internacionalização. Cidades com grandes populações tendem a ser mais expostas às dinâmicas globais de comércio, cultura, tecnologia e mobilidade de capital e pessoas. Além disso, sua complexidade exige que os gestores urbanos busquem soluções inovadoras, muitas vezes disponíveis em cidades globais que enfrentam desafios semelhantes.

Nesse contexto, acreditávamos que a maior densidade populacional iria naturalmente fomentar o surgimento de propostas de internacionalização nos planos de governo, uma vez que essa ferramenta poderia ampliar as possibilidades de soluções urbanas. A troca de experiências entre cidades de grande porte, por meio de redes de cidades, cooperação internacional ou parcerias público-privadas internacionais, seria uma maneira de adaptar soluções globais às realidades locais. Por exemplo, grandes cidades enfrentam com frequência problemas relacionados ao transporte e à poluição, e a cooperação com outras metrópoles internacionais que já enfrentaram esses desafios pode ser uma solução eficiente para adaptar modelos de transporte inteligente ou tecnologias sustentáveis de energia.

Outro ponto a ser considerado é que cidades com grandes populações são frequentemente vistas como pólos econômicos, culturais e turísticos em seus países. Essas cidades tendem a ter uma maior visibilidade no cenário internacional, sendo capazes de atrair mais facilmente investimentos estrangeiros, parcerias com instituições internacionais, e participação em redes globais que fomentam o intercâmbio de políticas e boas práticas urbanas. A internacionalização, portanto, também se apresenta como uma

oportunidade de gerar novos recursos e trazer inovação, não apenas para resolver problemas, mas para fortalecer a competitividade global dessas cidades.

Além disso, a maior demanda por serviços em cidades populosas pode pressionar os gestores públicos a buscar fontes alternativas de financiamento e soluções tecnológicas que não estão disponíveis apenas no âmbito nacional. Parcerias com organizações internacionais e o uso de tecnologias desenvolvidas em outras cidades globais seriam formas de obter os recursos e conhecimentos necessários para melhorar a qualidade de vida local. Um exemplo hipotético seria uma cidade como Salvador, que, ao lidar com uma grande população e infraestrutura limitada, busca financiamento de organismos internacionais para implementar um sistema de transporte público baseado em energia limpa, algo já testado em cidades internacionais com desafios semelhantes.

Outro aspecto é a própria pressão política interna. Em cidades mais populosas, há uma diversidade maior de grupos de interesse, incluindo empresários, acadêmicos, ONGs e a própria população que demandam soluções mais eficientes para problemas urbanos complexos. A pressão por políticas inovadoras e internacionalmente integradas surge também como uma forma de competir com outras grandes cidades globais que já estão ativamente implementando soluções advindas de práticas internacionais. A competitividade entre grandes metrópoles é real e reforça a necessidade de incluir a internacionalização como um fator decisivo nos planos de governo.

No entanto, à medida que a análise dos dados avançou, notamos que, embora a internacionalização possa ser uma ferramenta crucial para grandes cidades, o tamanho da população, por si só, não garante a inclusão de propostas dessa natureza nos planos de governo. Embora seja lógico esperar que cidades com grandes populações demandem mais projetos de internacionalização, outros fatores também influenciam o surgimento dessas propostas, como a visão dos candidatos, a maturidade das instituições locais e a capacidade de articulação internacional que já existe na cidade. Em cidades com gestões mais voltadas para soluções internas e menos focadas em

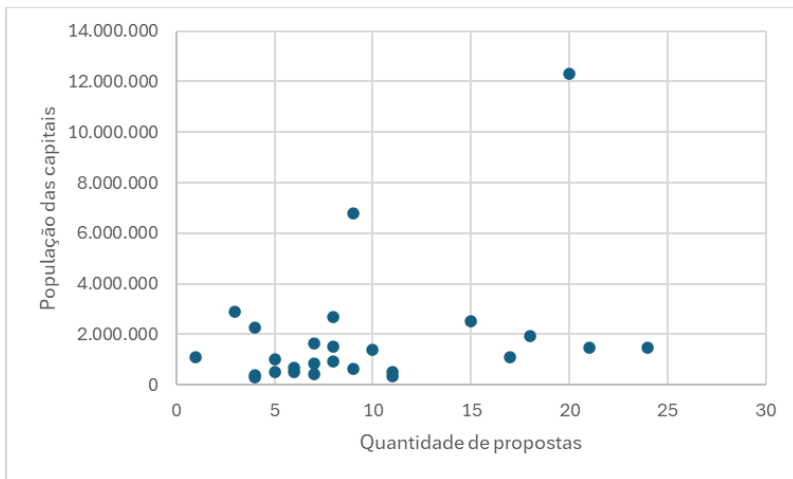
integrar-se a redes globais, a internacionalização pode não ser priorizada, mesmo quando a população e os desafios urbanos indicam que essa poderia ser uma estratégia vantajosa.

A Figura 6 - um gráfico de dispersão - exibe a relação entre o tamanho da população das capitais (no eixo vertical) e a quantidade de propostas de internacionalização presentes nos planos de governo (no eixo horizontal). Em primeiro lugar, observa-se que a maioria das capitais analisadas tem uma baixa quantidade de propostas de internacionalização, independentemente do tamanho populacional. A grande concentração de pontos está entre 0 e 10 propostas, o que sugere que muitas capitais não apresentam um volume expressivo de projetos de internacionalização, mesmo em cidades com populações mais densas.

Além disso, é interessante notar que capitais com populações maiores, como São Paulo e seus cerca de 12 milhões de habitantes, possuem um número de propostas próximo a 20. Este ponto sugere que, em algumas cidades de grande porte, o número de propostas é relativamente mais elevado, conforme esperado na hipótese inicial. Entretanto, a exceção não parece ser a regra: há outras capitais com populações expressivas que ainda apresentam poucas propostas de internacionalização.

A Figura 5 também revela que capitais de médio porte, com populações entre 1 e 4 milhões de habitantes, estão espalhadas de forma bastante irregular no que se refere à quantidade de propostas. Algumas apresentam apenas uma ou duas propostas, enquanto outras têm números próximos de 10 ou mais. Isso indica que o tamanho da população, isoladamente, não é um fator determinante para a quantidade de propostas de internacionalização. Outros fatores, como a visão política e o histórico de governança, podem ter maior peso na definição dessas políticas.

Figura 5: Relação entre o tamanho da população e a quantidade de propostas de internacionalização



Fonte: Elaboração dos autores

Por fim, os dados sugerem que a correlação entre a população de uma capital e a quantidade de propostas de internacionalização não é tão linear quanto se poderia prever inicialmente. Embora as capitais maiores tendem a apresentar mais propostas de internacionalização, o gráfico revela uma grande variação, principalmente entre as capitais de médio porte. Dessa forma, a hipótese inicial de que cidades mais populosas demandariam mais propostas de internacionalização precisa ser analisada à luz de outros elementos contextuais que influenciam os planos de governo. Assim, o gráfico nos convida a investigar mais profundamente as causas dessa variação, que pode estar ligada a aspectos regionais, econômicos, culturais ou à própria agenda política local.

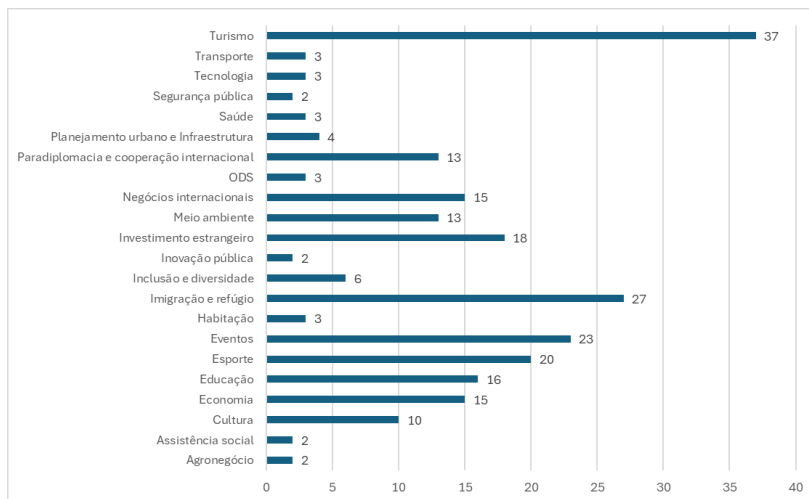
5.2. AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DAS PROPOSTAS

Para além da análise quantitativa no que diz respeito às capitais, também é fundamental analisar as áreas dos projetos de internacionalização presentes nos planos de governo. Inicialmente, cabe reforçar que esta pesquisa identificou projetos em 22 categorias distintas.

A Figura 6 revela as áreas de concentração das propostas de internacionalização expressas nos planos de governo analisados. Inicialmente, cabe reforçar que Turismo é a principal área de concentração. A maior quantidade de propostas de internacionalização está claramente associada ao turismo, com 37 propostas ao todo, somando as candidaturas de todas as capitais. Este fato não é surpreendente, considerando que o turismo tem sido historicamente uma ferramenta essencial de internacionalização para as cidades, promovendo intercâmbio cultural, geração de receitas e visibilidade global. Cidades que desejam se internacionalizar frequentemente concentram esforços em atrair turistas, seja por meio da promoção de seus patrimônios culturais, eventos globais, ou infraestrutura turística. O fato de o turismo liderar o gráfico indica que os gestores públicos reconhecem o setor como uma forma direta de ampliar a visibilidade internacional da cidade e fomentar o desenvolvimento econômico local.

A segunda categoria com maior número de propostas está relacionada à Imigração e refúgio, com 27 propostas espalhadas pelos 187 planos de governo. Este dado reflete a crescente importância das políticas de acolhimento e integração de migrantes e refugiados, que também são parte integrante do processo de internacionalização. Em um mundo cada vez mais globalizado, as cidades-capitais precisam lidar com o fluxo de pessoas que buscam novas oportunidades ou refúgio de crises em seus países de origem. Esse tipo de política é vital não apenas para cumprir obrigações internacionais de direitos humanos, mas também para integrar essas populações à economia local, o que pode gerar benefícios de longo prazo.

Figura 6: Divisão por categoria dos projetos



Fonte: Elaboração dos autores

Outro destaque significativo do gráfico é o número de propostas voltadas para Eventos (23 registros) e Esporte (20 ocorrências). Capitais que investem em grandes eventos internacionais, sejam culturais, comerciais ou esportivos, podem aumentar sua visibilidade global, atrair visitantes e investidores, além de promover intercâmbio entre culturas. Exemplos incluem a organização de feiras, congressos, festivais e competições esportivas internacionais. Tais eventos também se configuram como importantes plataformas para reforçar parcerias estratégicas e firmar convênios internacionais.

As categorias Economia (16) e Educação (16) também aparecem como áreas contempladas nos planos de governo. Isso indica que os candidatos reconhecem a importância de conectar suas capitais ao mercado global, seja promovendo parcerias com empresas estrangeiras, atraindo investimentos externos, ou estimulando o desenvolvimento econômico por meio de práticas de inovação. No

campo educacional, a internacionalização se dá tanto por meio de intercâmbios acadêmicos quanto por parcerias com universidades e centros de pesquisa de outros países, o que também impacta o desenvolvimento econômico local ao longo do tempo.

O Meio ambiente (13) e a área de Investimento estrangeiro (18) são outras categorias de destaque. A internacionalização das políticas ambientais reflete um compromisso com a sustentabilidade, e a importância de alinhar as capitais às metas globais. As cidades-capitais, como grandes centros urbanos, precisam lidar com questões como poluição, recursos hídricos e preservação ambiental, e estas políticas podem ser aprimoradas por meio de cooperação internacional. Por outro lado, o incentivo ao Investimento estrangeiro é uma medida crucial para aumentar o potencial de crescimento econômico de uma capital. As propostas nesta área indicam a busca de parcerias com empresas e governos estrangeiros para fomentar o desenvolvimento de infraestrutura e promover a geração de empregos. Atraindo investimentos estrangeiros, as capitais podem se posicionar estrategicamente no cenário internacional e melhorar sua competitividade global.

Identificou-se, ainda, uma categoria denominada Paradiplomacia e cooperação internacional, com 13 registros nas capitais do país, que teoricamente desempenha um papel fundamental para a internacionalização das cidades. Tal categoria sugere que muitas candidaturas reconhecem o valor de estabelecer parcerias com outras cidades e governos. Paradiplomacia refere-se ao envolvimento de cidades em relações internacionais independentes do governo central, muitas vezes por meio de acordos de irmandade entre cidades ou parcerias regionais. Essas práticas são fundamentais para resolver problemas locais, ao mesmo tempo em que expandem a rede de conexões internacionais e atraem investimentos ou apoio técnico.

Por fim, cabe mencionar que outras categorias, como Cultura (10), Inclusão e diversidade (6), Inovação pública (6), ODS (3), Negócios internacionais (15), e Habitação (3), apresentam uma quantidade mais modesta de propostas, mas são igualmente importantes para o

processo de internacionalização. A Cultura, por exemplo, é uma forma poderosa de projetar a identidade de uma cidade no exterior, enquanto a inovação pública pode trazer soluções para problemas locais e inspirar outras cidades ao redor do mundo.

Em suma, a Figura 7 revela que o processo de internacionalização das capitais brasileiras está fortemente associado a setores como turismo, imigração, eventos e economia. Essas áreas refletem a busca das cidades por maior visibilidade, atração de investimentos e integração em redes globais. Embora algumas áreas sejam mais exploradas que outras, o gráfico destaca a diversidade de abordagens para internacionalizar uma cidade, o que evidencia que cada capital prioriza de maneira distinta suas estratégias de inserção no cenário global.

A análise dos planos de governo revela uma tendência preocupante em relação à visão de internacionalização nas capitais brasileiras. O fato de a categoria Turismo, com 37 propostas, ser a mais presente nas candidaturas, é de longe a mais expressiva. Embora o turismo seja, de fato, um importante vetor para o desenvolvimento econômico e uma via de inserção internacional, seu predomínio excessivo nas propostas sugere uma visão limitada da internacionalização. O turismo, ainda que relevante, representa um nível básico e muitas vezes passivo de internacionalização, focado mais em receber visitantes do que em expandir a influência e as oportunidades da cidade de maneira estratégica e duradoura no cenário global.

A predominância do turismo como a principal forma de internacionalização revela uma visão que não explora o pleno potencial da globalização. Ao focar tanto nessa área, há uma falta de diversificação nas estratégias de internacionalização das cidades. O turismo, por si só, não é capaz de gerar laços comerciais profundos, tampouco de promover inovação, transferência de tecnologia ou inserir as capitais em redes mais amplas de cooperação internacional. A dependência excessiva de uma só vertente da internacionalização reflete uma abordagem mais superficial e pontual, em vez de uma

estratégia multifacetada que poderia trazer impactos de longo prazo e efeitos multiplicadores para diferentes setores da economia local.

É especialmente notável que a categoria Negócios internacionais tenha recebido apenas 15 propostas, um número relativamente baixo quando comparado ao Turismo ou até mesmo à Imigração e refúgio (com 27 propostas). Este dado é preocupante, pois indica que os gestores e candidatos das capitais ainda não estão priorizando a conexão de suas cidades com o mercado global. Negócios internacionais, em sua essência, representam uma oportunidade valiosa para promover a competitividade econômica, atrair investimento estrangeiro direto, e fortalecer a posição das capitais brasileiras em cadeias globais de valor.

Capitais que investem em Negócios internacionais ampliam as oportunidades de suas empresas locais, criam novos mercados para produtos e serviços e podem desenvolver setores de tecnologia e inovação. A ausência de um número expressivo de propostas neste campo indica que os candidatos à gestão das capitais ainda tratam a internacionalização de forma muito localizada e tradicional, perdendo de vista o potencial disruptivo e transformador que negócios globais podem trazer para a economia local.

A categoria de Inovação pública também aparece timidamente nas candidaturas, com apenas 6 propostas, o que levanta outra questão crítica. A internacionalização de cidades está intimamente ligada à capacidade de inovar em termos de governança, infraestrutura urbana e serviços públicos. Cidades que adotam práticas inovadoras conseguem se conectar com redes globais de soluções urbanas, atraem investidores de tecnologia e melhoram a qualidade de vida dos habitantes. A baixa presença de propostas voltadas para a inovação pública demonstra que ainda há uma visão conservadora e tradicionalista sobre como as capitais brasileiras devem interagir com o mundo.

Além disso, o número de propostas relacionadas a Investimento estrangeiro (18) ainda é modesto considerando o papel central que o capital externo pode ter no desenvolvimento das cidades. Investimentos estrangeiros são fundamentais para financiar grandes

obras de infraestrutura, melhorar os serviços públicos e até mesmo promover a educação e qualificação da força de trabalho local. O baixo número de propostas voltadas para a atração de investimentos demonstra que, de maneira geral, as capitais não estão se posicionando de forma estratégica para competir no cenário internacional.

Outro ponto que merece uma análise crítica é o número de propostas relacionadas à Inclusão e diversidade (6). Embora seja positivo ver esse tema no campo da internacionalização, o número baixo de propostas indica que há uma visão limitada da conexão entre inclusão e as redes globais. Em um mundo cada vez mais diversificado, capitais que valorizam a inclusão de minorias e grupos marginalizados podem projetar uma imagem mais progressista e aberta, atraindo talentos e investimentos que priorizam a diversidade.

Em suma, ao mesmo tempo em que os dados mostram uma certa conscientização sobre a importância de internacionalizar as capitais brasileiras, também revela um quadro preocupante de priorização inadequada. A dependência excessiva do turismo como principal estratégia de inserção internacional mostra que a maioria das capitais ainda não avançou para níveis mais complexos e profundos de internacionalização, como a promoção de negócios internacionais, inovação pública, e paradiplomacia. Para que as capitais realmente se tornem competitivas no cenário global, é necessário um olhar mais abrangente e estratégico, que vá além do turismo e aborde de maneira robusta setores como economia, inovação e cooperação internacional.

CONCLUSÕES

A análise dos planos de governo dos candidatos às prefeituras das capitais brasileiras revela uma perspectiva limitada sobre a internacionalização urbana, onde o turismo ainda é visto como a principal ferramenta de inserção global. A ênfase expressiva nessa categoria indica uma visão tradicionalista, em que a internacionalização é frequentemente entendida como a simples atração de visitantes estrangeiros, o que gera benefícios econômicos imediatos, mas limita o alcance de iniciativas que poderiam fortalecer laços comerciais e inovar as economias locais de forma mais estruturada e sustentável. A predominância do turismo nas propostas sugere que a maioria dos candidatos enxerga a internacionalização como algo mais facilmente alcançável por meio de ações que impactem o setor turístico, como eventos, feiras e campanhas de divulgação, em vez de fomentar negócios internacionais e redes de cooperação mais amplas.

É interessante notar, no entanto, que a segunda categoria mais abordada foi Imigração e refúgio. Esse destaque pode refletir uma percepção crescente de que as capitais, especialmente aquelas com contextos sociopolíticos mais diversificados, precisam responder a questões globais de mobilidade humana e diversidade cultural. O aumento de migrantes e refugiados em algumas regiões do Brasil tem impulsionado debates sobre integração social, trabalho e direitos humanos, forçando as administrações locais a pensar em políticas que se conectem com redes e práticas globais. Assim, embora turismo e imigração apareçam como categorias principais, cada uma traz uma lógica própria de internacionalização — o turismo, voltado ao desenvolvimento econômico imediato, e a imigração, relacionada à adaptação e ao acolhimento em um mundo globalizado, que exige respostas inclusivas e socialmente responsáveis.

Portanto, a pesquisa demonstra que, embora as capitais estejam de fato preocupadas em adotar práticas de internacionalização, a

visão que predomina ainda é bastante limitada. A ausência de um número expressivo de propostas focadas em negócios internacionais, paradiplomacia ou cooperação técnica, de uma forma geral, revela que, em grande parte, as estratégias de internacionalização não estão sendo exploradas em toda a sua profundidade e potencial. Conclui-se, assim, que é fundamental ampliar a compreensão da internacionalização como um processo multidimensional, que não se resume ao turismo, mas inclui uma abordagem mais abrangente que integre as cidades brasileiras em redes de negócios, inovação e cooperação global.

A internacionalização das capitais brasileiras tem um enorme potencial para enfrentar desafios locais de maneira mais estratégica e sustentável, indo além das abordagens tradicionais que priorizam o turismo. Para que essa inserção internacional seja realmente produtiva, é importante que as cidades explorem parcerias que promovam o desenvolvimento econômico, social e tecnológico, criando um ambiente mais favorável à inovação e ao bem-estar da população.

Uma das maneiras mais promissoras de utilizar a internacionalização é por meio da cooperação técnica com outras cidades e países que possuem expertise em setores específicos, como sustentabilidade, mobilidade urbana e inovação tecnológica. Por exemplo, cidades que enfrentam problemas com mobilidade poderiam desenvolver parcerias com metrópoles internacionais que lideram projetos de transporte sustentável, como Amsterdã e Copenhague. Essas colaborações podem trazer ideias para políticas de incentivo ao uso de bicicletas, investimento em transporte público eficiente e de baixo carbono, além de tecnologias para gestão inteligente do tráfego, ajudando a reduzir a poluição e melhorar a qualidade de vida urbana.

Capitais como São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza poderiam intensificar suas relações comerciais com cidades globais, explorando exportações de produtos e serviços locais que possuem diferenciais competitivos. Em vez de focar apenas no turismo, a internacionalização poderia abrir portas para novas cadeias de valor,

estabelecendo redes de negócios que potencializem setores de tecnologia, agronegócio e economia criativa. Essas parcerias comerciais podem atrair investimentos estrangeiros diretos e gerar empregos, ajudando a enfrentar o desemprego e impulsionar o crescimento econômico local. Além disso, parcerias internacionais podem facilitar a entrada de pequenas e médias empresas locais em mercados globais, gerando maior resiliência econômica.

A internacionalização educacional também é uma estratégia poderosa. Capitais brasileiras podem firmar convênios com universidades e centros de pesquisa de ponta ao redor do mundo, promovendo intercâmbios e programas conjuntos de pesquisa. Essas parcerias podem fortalecer o capital humano local, proporcionando aos estudantes e profissionais acesso a conhecimentos e práticas de excelência internacional. Além disso, a troca de experiências pode ser aplicada na resolução de problemas locais, como a adaptação a mudanças climáticas, a inclusão social e a promoção da diversidade cultural. Ao investir em uma educação internacionalizada, as capitais estarão formando uma geração mais capacitada para lidar com os desafios globais e contribuir para a inovação local.

Em vez de tratar o turismo apenas como um meio de atrair visitantes, as capitais poderiam desenvolver uma abordagem de turismo inteligente e sustentável. Isso significa integrar a experiência turística com as necessidades de desenvolvimento local, promovendo o patrimônio cultural e ambiental de maneira responsável e consciente. Parcerias com cidades que são referência em turismo sustentável, como Barcelona e Kyoto, podem ajudar a estruturar programas de turismo que beneficiem diretamente as comunidades locais, respeitem os recursos naturais e promovam a cultura de maneira autêntica e participativa.

Em resumo, a internacionalização pode ser uma ferramenta muito mais ampla e eficaz do que simplesmente atrair turistas. Ao olhar para as capitais brasileiras, é possível perceber que, ao aplicar essa abordagem estratégica, os problemas locais podem ser enfrentados de maneira inovadora, agregando valor à cidade e promovendo a integração com o cenário global. O desafio é construir uma visão de

internacionalização que seja participativa e que contemple todos os aspectos de desenvolvimento local, transformando as capitais em centros globais de inovação, inclusão e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ANDONOVA, Liliana B.. Public-Private Partnerships for the Earth: politics and patterns of hybrid authority in the multilateral system. **Global Environmental Politics**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 25-53, maio 2010.
- BAYCAN-LEVENT, Tüzin; KUNDAK, Seda; GÜLÜMSER, Aliye Ahu. The role of “network of cities” in construction of global urban culture. In: CONGRESS OF THE EUROPEAN REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION: “REGIONS AND FISCAL FEDERALISM”, 44th., 2004, Portugal. **Anais...** Portugal, 2004. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/116994/1/ERSA2004_106.pdf. Acesso em: 8 set. 2021.
- BOULANGER, Saveria Olga Murielle; MASSARI, Martina. Advocating Urban Transition: a qualitative review of institutional and grassroots initiatives in shaping climate-aware cities. **Sustainability**, [S.L.], v. 14, n. 5, p. 2701, 25 fev. 2022.
- BOVAIRD, Tony. Public–Private Partnerships: from contested concepts to prevalent practice. **International Review Of Administrative Sciences**, [S.L.], v. 70, n. 2, p. 199-215, jun. 2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Paraty, a cidade mais charmosa do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/para-sempre-paraty>. Acesso em: 23 set. 2024.
- CAMPILLO, Xira. The drive to sustainability: a way in which local initiatives diffuse internationally. **Politics & Policy**, [S.L.], v. 50, n. 5, p. 967-991, 30 set. 2022.
- CARDARELLO, A.; RODRIGUEZ, J. **Networks of cities as a privileged tool for decentralised co-operation management**. Decentralized Cooperation Observatory, 2007.
- FRAUNDORFER, M, The Role of Cities in Shaping Transnational Law in Climate Governance. **Global Policy**, 8: 23-31, 2017
- FRÓIO, Líliliana Ramalho; SUPERTI, Eliane; SOUZA, Guilherme de Lima. Governos subnacionais e a internacionalização de políticas no noderdeste brasileiro: uma análise da atuação das secretarias estaduais. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, v. 37, p. 71-89, dez. 2023.
- HARAKAN, Ahmad; TAUFIK, Ahmad. Exploring Paradiplomacy Pathways: local government and foreign direct investment corporation partnerships for sustainable development. **Journal Of Government And Politics**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 1, 17 jul. 2023.
- LAISNER, Regina Claudia. **Secretarias Municipais de Relações Internacionais no Brasil: um mapeamento nacional**. São Paulo: Alameda. 1º ed. 2024.
- MARCOVITCH, Jacques; DALLARI, Pedro B. A. (org.). **Relações Internacionais de âmbito Subnacional: A experiência de Estados e Municípios no Brasil**. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais/USP, 2014.
- MATTIOLI, Thiago; GALLO, Rodrigo Fernando. Cooperação internacional descentralizada, atores subnacionais e regimes internacionais: o caso sobre a rede Mercocidades (1995-2019). **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 9, n. 3, p. 560–584, 2021.
- MILANI, Carlos R. S.; RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. International relations and the paradiplomacy of Brazilian cities: crafting the concept of local international management. **Brazilian Administration Review**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 21-36, mar. 2011.
- NGUYEN, T.M.P., DAVIDSON, K. COENEN, L. Understanding how city networks are leveraging climate action: experimentation through C40. **Urban Transform** 2, 12, 1-23, 2020.

PETROVAN, Cristina Iuliana; NASTASE, Carmen. Public Private – Partnership – A Bibliometric Analysis. **Timisoara Journal Of Economics And Business**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 189-204, 1 dez. 2022.

POMERODE. A cidade mais alemã do Brasil. Disponível em: <https://visitepomeroode.com.br/conheca-a-cidade-mais-alema-do-brasil-pomeroode/>. Acesso em: 23 set. 2024.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio; MATTIOLI, Thiago. Paradiplomacy, Security Policies and City Networks: the case of the mercocities citizen security thematic unit. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 569-587, dez. 2017.

SCHIMANSKI, Silvana. Cooperação internacional descentralizada. **Expressa Extensão**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 118-130, 10 out. 2022. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/ee.v27i1.21778>.

SMITH, Heidi Jane M.. City networks and paradiplomacy as global public policy. In: STONE, Diane; MOLONEY, Kim (ed.). **The Oxford handbook of global policy and transnational administration**. Oxford: Oxford Univeristy Press, 2019. Cap. 8. p. 129-147

TAVARES, R. **Paradiplomacy**: Cities and states as global players. New York: Oxford University Press, 2016

TIBAU DO SUL. Turismo sustentável em Tibau do Sul. Disponível em: <https://cmtibaudosul.rn.gov.br/?p=70>. Acesso em: 23 set. 2024.

VITAL, Graziela C.. Aspectos da governança local: inserção internacional das cidades através de redes de cidades. **Leviathan** (São Paulo), [S.L.], n. 7, p. 113, 1 dez. 2013.

ZELINSKY, Wilbur. The twinning of the world: sister cities in geographic and historical perspective. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 81, n. 1, p. 1-31, 1991.



INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA



MAUÁ

ISBN: 978-65-83488-04-6



CT